

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA
CONTRATO DE LIMPEZA
PÚBLICA**

ÍNDICE

1. Varrição	02
2. Capina Manual de ruas pavimentadas	05
3. Pintura de meio-fio e postes de iluminação pública.....	05
4. Roçada Mecanizada	06
5. Coleta e transporte do lixo	06
6. Retirada de entulho	06
7. Pessoal	07
8. Fiscalização	08
9. Medição dos Serviços	08
10. Composição dos Preços	10
11. Relação de academias instaladas no município	13
12. Relação de Plays instalados no Município	13
13. Equipamentos / Sugestões	14
14. Das clausulas para contratação	16
15. Das obrigações da contratante	18
16. Das obrigações da contratada	19
17. Da subcontratação	22
18. Da alteração subjetiva	22
19. Do controle e fiscalização da execução	23
20. Dos critérios de aferição e medição para faturamento	26
21. Do recebimento e aceitação do objeto	26
22. Do pagamento	28
23. Do reajustamento de preços em sentido amplo(repactuação)	29
24. Da garantia da execução	32
25. Das sanções administrativas	34
26. Dos critérios de seleção do fornecedor	37
27. Dos recursos orçamentários	38
Referências	40
Anexos	41

VARRIÇÃO

1.1. Varrição Manual

- 1.1.1.** A contratada deverá seguir o planejamento de varrição do Departamento de Serviços Municipais (em anexo). Sendo varrido 30 cm para cada lado além da área da sarjeta.
- 1.1.2.** A contratada deverá apresentar mensalmente **Relatório de Serviços Executados** devendo o mesmo estar de acordo com o plano de limpeza.
- 1.1.3.** A contratada deverá manter regularmente os serviços de varrição, raspagem, arrancamento de pequenas touceiras, recolhimento e ensacamento de todos os resíduos existentes nas vias e logradouros públicos, bem como proceder ao esvaziamento, a higienização, a manutenção e a **reposição**, quando danificados, dos cestos de resíduos existentes na via e logradouros públicos, além de proceder aos serviços de varrição dos resíduos resultantes de **eventos realizados** em vias e logradouros públicos, devendo a contratante comunicar com antecedência os eventos a contratada, para a devida programação dos serviços, sem prejuízo aos serviços executados rotineiramente. Os eventos poderão ser realizados nos finais de semana ou feriados.
- 1.1.4.** O serviço de varrição deverá sempre ser executado concomitantemente dos dois lados das vias e logradouros públicos, inclusive nos canteiros centrais e não ajardinados.
- 1.1.5.** A equipe de varrição deverá estar equipada com lutocares guarnecidos com sacos plásticos normatizados, suficientemente resistentes para evitar o derramamento de resíduos enquanto aguarda no passeio o seu recolhimento pelos veículos da coleta. **(veículos da contratada)**
- 1.1.6.** **Em nenhuma hipótese a contratada poderá deslocar as equipes de varrição para a realização de qualquer outro serviço sem prévia autorização do Departamento de Serviços Municipais.**
- 1.1.7.** Todos os resíduos existentes nas vias e logradouros públicos, bem como os resultantes da execução de tais serviços, deverão ser recolhidos logo após a sua realização e levados para o ponto de concentração, de forma a não prejudicar o tráfego de veículos e o trânsito dos pedestres.
- 1.1.8.** A contratada deverá fornecer todo e qualquer equipamento e pessoal necessário, em número suficiente e a critério da prefeitura, para o perfeito desempenho dos trabalhos atendendo aos mais modernos e adequados processos de limpeza.
- 1.1.9.** A contratada poderá propor durante a vigência do contrato, outros tipos de equipamentos auxiliares na varrição, que deverá ser aprovado pelo Departamento de Serviços Municipais antes da efetivação do seu uso.
- 1.1.10.** A prefeitura, a seu critério, poderá determinar alteração no número de varrições realizadas nas vias e logradouros públicos, dependendo da sua necessidade.

- 1.1.11.** A mão de obra será de no **mínimo 12 garis** para atender demandas diárias, semanais e mensais de varrição, de acordo com o cálculo de produtividade apresentado mais adiante.
- 1.1.12.** Todos os garis deverão estar devidamente **uniformizados** e equipados com lutocar, e ainda de utensílios e ferramentas necessárias para a perfeita realização dos trabalhos.
- 1.1.13.** A varrição manual deverá ser executada em todas as vias abertas asfaltadas ou que venham a ser abertas e asfaltadas durante a vigência do contrato, de segunda a sábado.
- 1.1.14.** A relação das vias e logradouros públicos que serão atendidas pela varrição manual está apresentada em anexo.
- 1.1.15. Critério de Medição: km de rua varrida.**

1.2. Varrição Mecanizada

- 1.2.1.** Varrição Mecanizada de Vias e Logradouros Públicos
- 1.2.2.** O serviço de varrição mecanizada compreenderá a limpeza mecanizada programada das principais vias e logradouros públicos, onde ocorre o acúmulo de resíduos por conta da dificuldade de acesso das equipes de varrição manual.
- 1.2.3.** Os serviços de varrição mecanizada deverão ser programados principalmente nas vias onde se observa o tráfego de veículos em velocidades elevadas e onde não se justifica a interdição apenas para a execução dos serviços com segurança pelas equipes de serviço manual. A varrição mecanizada evitará o acúmulo de resíduos nos locais onde o sistema manual não consegue atuar e que, certamente, poderia causar comprometimento do sistema de drenagem de águas pluviais.
- 1.2.4.** A varredeira mecânica deverá percorrer as vias públicas, retirando por sucção a vácuo os resíduos acumulados nos meios-fios e sarjetas. O sistema de varrição mecanizada deverá ser executado por equipamento específico.
- 1.2.5.** No conjunto do equipamento de varrição mecanizada constituído por chassi, caçamba de armazenamento dos resíduos e reservatório de água, devendo estar inclusos também as vassouras laterais, vassouras centrais, bocais de sucção, motor estacionário, turbina de sucção e demais acessórios necessários ao adequado desenvolvimento dos serviços.
- 1.2.6.** O equipamento também deverá estar provido de todos os dispositivos de segurança operacional, como painéis internos para o comando dos processos da varredeira e com relação ao trânsito, sistema de iluminação adequado.
- 1.2.7.** Para este serviço, a Contratada deverá disponibilizar equipe composta por ajudantes, operador e varredeira mecânica, munidos de ferramentas adequadas, como vassourão e pá. Os serviços de varrição mecanizada serão executados nas vias públicas, respeitando as frequências e os horários estipulados no respectivo Plano de Trabalho, aprovado pelo Departamento de Serviços Municipais.

- 1.2.8.** Os serviços deverão ser realizados nos períodos diurno e/ou noturno, levando em consideração todos os fatores de segurança no trânsito, para que não seja prejudicado a fluidez do tráfego de veículos nas vias a serem atendidas.
- 1.2.9.** Este serviço poderá ser executado de 2ª feira a domingo, obedecendo ao regime de trabalho de 44h semanais, compatível com o Plano de Varrição anexo. A critério do Departamento de Serviços Municipais, os serviços poderão sofrer intervalos maiores ou menores aos previstos no Termo de Referência, sendo de inteira responsabilidade da Contratada, o atendimento ao disposto na legislação trabalhista ou outros dispositivos legais em decorrência dessa exigência.
- 1.2.10.** A contratada poderá utilizar a varrição mecanizada em outras vias, substituindo a varrição manual, desde que aprovado pelo Departamento de Serviços Municipais, sem custo adicional ao Município, haja visto que a locação do equipamento é mensal.
- 1.2.11.** A quantidade prevista na planilha refere-se às sarjetas das vias abrangidas as quais serão priorizadas e definidas no Termo de Referência.
- 1.2.12.** A descarga (remoção, transporte e destinação) dos resíduos gerados pela execução deste serviço deverá ser efetuada pela CONTRATADA, sendo o local indicado pela CONTRATANTE;
- 1.2.13.** Como parâmetro para dimensionamento do equipamento e da mão de obra necessária à realização dos serviços, considerar-se-á uma produção média de 4,5 km/h de sarjeta.
- 1.2.14.** Deverão ser mantidos todos os funcionários, devidamente equipados com ferramentas e EPI's para a boa execução dos serviços; bem como mantidos todos os veículos e equipamentos necessários para a realização do mesmo; independentemente de férias, faltas, etc.
- 1.2.15.** Os condutores dos veículos e equipamentos utilizados para a realização do serviço devem atentar para todas as regras de segurança necessárias, visando prevenir acidentes em seus locais de trabalho.
- 1.2.16.** Os serviços efetivamente executados, abonados pela fiscalização da CONTRATANTE, serão medidos por quilometro de sarjeta varrida. As quantidades executadas serão transcritas, pela fiscalização, em modelo apropriado a ser definido pela CONTRATANTE.
- 1.2.17.** Para efeito de atendimento às necessidades do município, a máquina de varrição a ser proposta deverá possuir, no mínimo, as seguintes especificações: Porte médio e do tipo auto-propelida, dispensando acoplamento ou tração por equipamentos adicionais; Possuir reservatório de água, de aspersão para evitar a dispersão de poeira; Possuir largura de varrição de no mínimo 2,00 metros (dois metros), suficientes para limpeza de vias normais com apenas duas passadas de máquina; Possuir sistema de descarga diretamente sobre os caminhões basculantes convencionais, de forma a evitar a paralisação do serviço de varrição com o deslocamento da máquina varredeira até o local de destinação final dos resíduos; Deverá ser equipada com vassouras laterais em ambos os lados da máquina varredeira; vassouras centrais, bocais de sucção,

motor estacionário, turbina de sucção e demais acessórios necessários ao adequado desenvolvimento dos serviços.

1.2.18. Critério de Medição: km de rua varrida.

2. CAPINA MANUAL DE RUAS PAVIMENTADAS.

2.1. A capina manual consiste na operação manual do corte e erradicação de vegetação rasteira (mato, ervas, etc.) em vias e logradouros públicos. Os entulhos provenientes da capina deverão ser removidos e destinados pela contratada a locais adequados.

2.2. A capina deverá ser executada em uma faixa média estimada de 0,20 m para cada lado da rua (sarjeta).

2.3. A relação das vias e logradouros públicos que serão atendidas pela capina manual está apresentada em anexo.

2.4. Critério de Medição: área (m²) de capina executada

3. PINTURA DE MEIO-FIO E POSTES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

3.1. A pintura de meio fio (guia de sarjeta) e postes de iluminação pública deverá ser uma operação manual que consiste na preparação de guias de sarjetas e postes para a aplicação de solução de água, cal hidratada, e fixador, em no mínimo, 01 (um) demão, em todas as vias e logradouros públicos atendidas pelo serviço de varredura e capinação. Nos postes a caiação deverá atingir a altura de 1,00 m do piso.

3.2. - O objetivo é ajustar as condições em que a contratada prestará à contratante os serviços de caiação de meio fio em diversos bairros da cidade

3.3. Referência técnica, medida mínima para medição: 0,20 de altura; caso o meio fio tenha mais de 0,20 será considerado esta média, caso tenha menos será considerado 0,20; o meio fio deverá ser todo caiado, será descontado meio fio pintado como garagem, ponto de ônibus e outros;

3.4. Preparo: 8 Litros de água num recipiente limpo para 5 kg de produto e 13 Litros para 8 kg de produto; adicione o produto à água limpa, mexendo constantemente;

3.5. Aplicação: Recomenda-se aplicar com trinchá ou pincel apropriados; Rendimento: Aproximadamente 7m² por quilo do produto, com uma demão; Composição: Hidróxidos e Óxidos de Cálcio e Magnésio e Exigências Legais: Produto Cáustico – Proteger os olhos durante a utilização e manter afastado de crianças e animais domésticos.

3.6. O material (cal virgem) para a prestação dos serviços será por conta da contratada.

3.7. Material de EPI, (Uniformes, bota) incluindo material para trabalho noturno, equipamentos para aplicação, brochas, pincéis, vasilhas para o preparo do produto, vasilhas para armazenamento de água serão por conta da contratada.

3.8. Os empregados da licitante vencedora deverão trabalhar devidamente uniformizados e providos de equipamentos de proteção individual, nos termos da legislação vigente, dentre eles: conjunto de calça de brim e camisa de brim ou malha, boné de brim, capa de chuva, luva de raspa, luva de vaqueta, protetor auricular e óculos protetores. (Os uniformes deverão ter a logomarca da contratada).

- 3.9.** A contratada deverá fornecer os equipamentos necessários para a execução dos serviços, como por exemplo: enxada, pás, garfos, rastelos, foices, carrinhos de mão e cones sinalizadores.
- 3.10.** A licitante vencedora será responsável pela coleta e carregamento dos resíduos originados pelos serviços até o caminhão da contratante, sendo que a responsabilidade pelo transporte até o (bota fora) dos resíduos será da contratante.
- 3.11.** A relação das vias e logradouros públicos que serão atendidas pela pintura de meio fio e pintura de postes de iluminação pública com as respectivas programações de trabalho, está apresentada em Anexo.
- 3.12.** **Critério de Medição: Extensão (km) de rua pintada.**

4. ROÇADA MECANIZADA DE PARQUINHOS, ACADEMIAS DE SAÚDE, CANTEIROS, LOGRADOUROS PÚBLICOS E RUAS NÃO PAVIMENTADAS.

- 4.1.** Os serviços de roçada mecanizada serão executados nos parquinhos, Academias de Saúde, jardins, canteiros, logradouros públicos e ruas não pavimentadas, sendo a remoção dos resíduos executada pela própria contratada pelos veículos de coleta da contratada.
- 4.2.** Os serviços são executados com roçadeira a gasolina.
- 4.3.** Os funcionários da contratada deverão executar os serviços com os EPI's (Equipamento de Proteção Individual) necessários a sua segurança.
- 4.4.** A contratada deverá instalar telas de proteção durante a execução dos serviços.
- 4.5.** **Critério de Medição: área (m²) de superfície roçada e limpa.**

5. COLETA E TRANSPORTE DE LIXO, PROVENIENTE DA VARRIÇÃO E ROÇADA MECANIZADA.

- 5.1.** O lixo proveniente da varrição deverá ser acondicionado em **sacos plásticos de até 100 litros** e depositado em locais a serem determinados pela contratante.
- 5.2.** A Coleta do lixo proveniente da varrição será efetuada pela **contratada**.
- 5.3.** O lixo proveniente de roçada não poderá ficar acumulado na via pública de um dia para outro evitando com isso seu espalhamento.
- 5.4.** A remoção do lixo proveniente da roçada deverá ser efetuada pela contratada, até os locais de destino determinados pela **contratada e aprovado pela contratante**.
- 5.5.** Nos veículos deverão ser afixados adesivos em tamanho e modelo a ser fornecido pelo Departamento de serviços municipais onde se leia **"A Serviço da Prefeitura Municipal de Cajati"**.
- 5.6.** Todas as coletas e transportes provenientes da roçada deverão ser feita de conformidade com a legislação ambiental e trabalhista vigente.

6. RETIRADA DE ENTULHO

- 6.1.** Será medido por volume de entulho retirado, aferido na caçamba (m³).

6.2. O item remunera o fornecimento dos serviços de remoção e transporte da caçamba até unidade de destinação final indicada pela contratada, em área licenciada para tal finalidade pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), abrangendo:

6.2.1. A empresa ou prestadora dos serviços de remoção do entulho, resíduos provenientes da construção civil, deverá cumprir todas as exigências e determinações previstas na legislação:

Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), NBR 15112, NBR 15113, NBR 15114 e outras vigentes à época da execução dos serviços;

6.2.2. Fornecimento de caçamba metálica de qualquer tamanho, na obra, remoção da mesma quando cheia, e a reposição por outra caçamba vazia, o transporte e o despejo na unidade de destinação final, independente da distância do local de despejo;

6.2.3. Proteção das áreas envolvidas, bem como o despejo e acomodação dos materiais na caçamba;

6.2.4. A mão-de-obra, os materiais acessórios e os equipamentos necessários ao transporte e descarga deverão ser condizentes com a natureza dos serviços prestados, observadas a legislação e as normas vigentes;

6.2.5. Na retirada do entulho, a empresa executora dos serviços de coleta e transporte, deverá apresentar o "**Controle de Transporte de Resíduos**" (CTR) devidamente preenchido, contendo informações sobre o gerador, origem, quantidade e descrição dos resíduos e seu destino, unidade de disposição final, bem como o comprovante declarando a sua correta destinação, conforme exigências das normas NBR 15112, NBR15113 e NBR15114;

6.2.6. Estão inclusos todos os impostos legais e despesas necessárias junto aos órgãos regulamentadores das atividades envolvidas.

7. PESSOAL

7.1. A contratada devesse apresentar em, no máximo, 10 dias úteis a ficha funcional dos funcionários responsáveis pelo serviço bem como a cópia do registro dos mesmos em carteira de trabalho, sob pena de atraso na medição ou até mesmo cancelamento do contrato.

7.2. Só poderão ser mantidos em serviços os empregados atenciosos e educados no tratamento dado ao município, bem como cuidadosos com o bem público.

7.3. A fiscalização terá direito de exigir a substituição de colaborador do contrato, mediante justificativa, a qual deverá se realizar dentro de 24 (vinte e quatro) horas, de todo empregado cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço. A empresa poderá realocar o colaborador para outras atividades da empresa, desde que não relacionadas ao contrato com o Município de Cajati.

7.4. A contratada deverá substituir o empregado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

7.5. Durante a execução dos serviços é absolutamente vedada ao pessoal da Contratada a execução de outras tarefas que não sejam objeto destas especificações.

- 7.6. Será terminantemente proibido aos empregados da contratada fazer catação ou triagem entre os resíduos coletados de variação e de feiras-livres, para proveito próprio.
- 7.7. É proibida a ingestão de bebidas alcoólicas ou drogas, a solicitação de gratificações e donativos de qualquer espécie pelos funcionários da contratada.
- 7.8. **A equipe deverá apresentar-se uniformizada e asseada, provida de equipamentos de proteção individual EPIs, com vestimenta e calçados adequados, bonés, capas protetoras e demais equipamentos de segurança quando a situação os exigir (conforme Normas do Ministério do Trabalho).**
- 7.9. Caberá à Contratada apresentar, nos locais e no horário de trabalho, os operários devidamente uniformizados, providenciando equipamentos e veículos suficientes para a realização dos serviços.
- 7.10. Caberá a contratada disponibilizar banheiro químico durante os serviços externos, atendendo as normas de higiene e segurança no trabalho.
- 7.11. É de responsabilidade da contratada disponibilizar local adequado e coberto para as refeições dos funcionários.

8. FISCALIZAÇÃO

- 8.1. A fiscalização do cumprimento do contrato caberá a Prefeitura, através do Departamento de Serviços Municipais.
- 8.2. A Contratada deverá cooperar, quanto à observância dos dispositivos referentes à higiene pública, informado à fiscalização notadamente sobre os casos de descarga irregulares de resíduos e falta de recipientes padronizados na via pública.
- 8.3. A Contratada se obriga a permitir ao pessoal da fiscalização livre acesso a todas as suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, registro de pessoal e todos os materiais referentes aos serviços contratados.

9. MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1. O valor das medições será obtido mediante preços unitários constantes da planilha orçamento proposta vencedora, integrante do contrato, às quantidades efetivamente executadas e aprovadas pelo Departamento de Serviços Municipais.
- 9.2. Somente serão medidos e pagos os serviços executados de acordo com as especificações técnicas contratuais que façam parte dos Planos Executivos Definidos.
- 9.3. Os Preços Unitários são os valores correspondentes à realização de uma unidade do serviço em análise. Todos os preços unitários, ou os valores globais, salvo menção explícita em contrato se considera em sua composição, os custos e despesas relativas a:
- 9.3.1. Impressos, softwares e demais materiais de uso geral, necessários às atividades relacionadas ao planejamento, elaboração dos planos de trabalho e à execução dos serviços e fornecimento, carga, transporte, descarga, manuseio, armazenagem, proteção e guarda dos materiais de consumo, tais como:

Combustíveis, graxas, lubrificantes, pneus, câmaras, filtros, sabão em pó, desinfetante, detergentes.

- 9.3.2.** Mobilização e desmobilização, uniformes nos padrões determinados pela prefeitura: transporte, alimentação, assistência social, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros necessários à segurança pessoal e/ou execução dos serviços.
- 9.3.3.** Fornecimento, operação e manutenção de todos os veículos e equipamentos utilizados pela contratada, e necessários à execução dos serviços, objetivo do contrato.
- 9.3.4.** Fornecimento, operação e manutenção de todas as ferramentas necessárias à execução adequada dos serviços objeto do contrato, tais como vassoura, pás, lutocares, lixeiras, garfos, escovas, contetores, telas de proteção de roçada, etc.
- 9.3.5.** Disponibilização, utilização e manutenção de todas as instalações necessárias para o cumprimento do objetivo contratual, em consonância com o disposto no edital de ocorrência nas Especificações Técnicas.
- 9.3.6.** Operação e manutenção das instalações utilizadas pela Contratada no cumprimento do objeto contratual.
- 9.3.7.** Salários, encargos sociais e administrativos, benefícios, impostos e taxas amortizações licenciamentos, inclusive os ambientais, seguros, despesas financeiras de capital e de administração, depreciação, capital de giro, lucro e quaisquer outros relativos a benefícios e despesas diretas ou indiretas.
- 9.4.** Todas as medições serão realizadas mensalmente, considerando-se os serviços executados no período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês, exceto a primeira que será realizada a partir da assinatura da ordem de início e a final, que será realizada quando do encerramento do contrato.
- 9.5.** As medições deverão ser realizadas pela Contratada e conferidas e aprovadas pelo Departamento de Serviços Municipais, até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao período de abrangência da medição considerada. Se durante o período de realização da medição forem necessárias providências complementar, por parte da Contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que aquelas forem cumpridas.
- 9.6.** A contratada enviará, mensalmente, a diretoria de Serviços Municipais, requerimento em modelo apropriado, onde constem os serviços efetivamente realizados e devidamente atestados pelo mesmo, para fins de pagamento, bem como, relatório fotográfico das atividades realizadas no período.
- 9.7.** Depois de verificada a medição e todas as providências necessárias, o Departamento de Serviços Municipais, autorizará a emissão da Nota Fiscal, que em até 5 dias irá atestar e encaminhar para o devido pagamento.
- 9.8.** Caberá ao Departamento de Serviços Municipais, a seu critério, determinar o formulário padrão das medições resultantes da execução dos serviços objeto do contrato.

10. COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

10.1. Varrição: Preço composto considerando mão de obra de gari de varrição com leis sociais, equipamentos (lutocar metálico de 100 litros), ferramentas (pás, vassouras,), material de consumo (saco plástico de lixo de 100 litros com espessura de 12 micras), despesas administrativas (epi's, uniformes, etc.), impostos e lucros.

Considerando a velocidade média de 1440 m de varrição por gari por dia, adotando 22 dias de trabalho no mês, através da extensão de varrição de ruas têm-se o número mínimo necessário de garis para o serviço, utilizando a seguinte fórmula:

$$N^{\circ} \text{ de Garis} = 2 \times \frac{\text{Extensão linear total}}{\text{Velocidade média de varrição}} \times F1 \times F2, \text{ onde}$$

F1 = Fator de correção de 10% devido distribuição de serviços que não ocorre de maneira ideal na prática;

F2 = Fator de correção de 20% devido ausência por férias, faltas ou licenças médicas.

10.2. Para a varrição manual de ruas têm-se:

Vezes	Frequência	Ext linear (m)	Ext Linear X Frequência (m)	Ext / Dia (m)	Gari / Dia
1,00	Mensal	47.180	47.180	2.145	4
0,5	Mensal	4.810	2.405	1.205	3
Total		51.990	49.585	3.350	7

Com isso, serão necessários no mínimo 7 garis para o serviço.

Para a varrição do paço municipal têm-se:

Vezes	Frequência	Ext linear (m)	Ext Linear X Frequência (m)	Ext / Dia (m)	Gari / Dia
1,00	semanal	100	400	18,2	1
Total		100	400	18,2	1

Com isso, serão necessários no mínimo 1 garis para o serviço.

Foi considerado mais 1 gari para compor a equipe, totalizando 10 garis.

10.3. Valor por quilômetro

10.3.1. Mão-de-obra

Considerando o piso salarial do Gari conforme definido pelo SIEMACO (Sindicato dos trabalhadores em empresas de prestação de serviços de asseio e conservação e limpeza urbana de São Paulo) para 2022 no valor de R\$ 1.490,77, adotando leis sociais com desoneração de 47,60% conforme tabela SINAPI com base de março/2022 e adotando BDI de 23,0% têm-se:

Salário com leis sociais+ BDI + auxilio alimentação = $(1.490,77 \times 1,476) + (1.490,77 \times 1,23) + 568,07 = \text{R\$ } 3.111,31$

10 Garis de varrição = R\$ 31.113,10

Considerando a quantidade de garis, será necessário para o serviço ao menos um encarregado.

De acordo com o SIEMACO, o salário do encarregado é de R\$ 1.869,96, referente janeiro/2022, que somados aos encargos sociais e BDI de 23,0% têm-se:

Salário com leis sociais + BDI + auxilio alimentação= R\$3.758,22

Cabe destacar que a contratada deverá comprovar, mediante apresentação de planilha de composição de BDI os valores de mão de obra ofertado, caso solicitado pela comissão de licitação.

10.4. Material de consumo

Custo dos sacos de lixo 100 litros 12 micras por mês = 150 unidades x custo unitário = valor total mensal

10.5. Ferramentas

Lutocar 100 litros – 10 unidades x valor unitário = total

Pá – 30unidades/mes x valor unitário = total

Vassourão - 100 x valor unitário = Valor total

Total =

Amortização mensal em 12 meses = valor total do custo/12 meses

Juros de capital 1% = 1% do valor mensal

Total mensal = R\$

Resumo custos Mensais com BDI:

Material e Mão-de-obra = R\$

Custo por quilometro = R\$ valor total/ 52,00km = R\$ custo/ km de rua.

10.6. Roçada e Capina:

Preço composto considerando mão de obra de agente de capinação com leis sociais, equipamentos (roçadeira, caminhão), material de consumo, despesas administrativas (epi's, uniformes, etc.), impostos e lucros.

Considerando área de praças e ruas não pavimentadas têm-se para roçada:

De acordo com a **tabela 1 – Relação de ruas e frequência**, temos o quantitativo de 117.503,76 m²/mês de roçada.

Ainda, na mesma tabela 1, tem-se os quantitativos de capina, considerando 0,20m de largura de cada lado (sarjeta), temos:

23.076,79 m²/mês de capina.

10.7. Pintura de Meio-Fio e Postes:

Preço composto considerando mão de obra de agente de pintura com leis sociais, equipamentos, ferramentas, material de consumo (cone, balde, rolo, cal, etc.), despesas administrativas (epi's, uniformes, etc.), impostos e lucros.

De acordo com a **tabela 1 – Relação de ruas e frequência**, a área total de guias a serem pintadas é de 21,04 km/mês ou 21.040,00 m/mês, e considerando o tamanho da guia com 0,30m, temos a área total de 6.344,15 m²/mes.

Valor da pintura = (6.344,15) x valor unitário = R\$ total / mês

Valor por quilometro = total/mes / 21,04 = R\$ xxx,xx / km de rua

10.8. Retirada de entulho:

Preço composto considerando **fornecimento, remoção e transporte da caçamba, com caminhão poliguindaste**, até a destinação final indicada pela contratada, contemplando mão de obra, materiais acessórios e todos os equipamentos necessários para execução completa do serviço.

A contratada deverá disponibilizar um **número mínimo de 20 caçambas metálicas** para a remoção de entulho durante a semana.

Com base nos levantamentos e contratos anteriores, foi estimado o volume mensal de entulho para a cidade de Cajati em 400 m³/mês .

O local indicado pela contratada, para armazenar o entulho, deverá ser licenciado para este fim, junto a CETESB. **O local não poderá estar localizado em áreas de APP, área de risco ou área sujeita a alagamento.**

Fica a empresa obrigada a registrar todos os empregados e comprovados pelas guias de GFIP (relação dos servidores) no mês de referência da medição, em caso de não comprovação a empresa não receberá os valores da medição.

11.EQUIPAMENTOS/SUGESTÕES







12.DAS CLAÚSULAS PARA CONTRATAÇÃO

- 12.1.** O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de limpeza pública;
- 12.2.** Os quantitativos e respectivas composição de preços bem como a relação de logradouros e frequência dos serviços estão inseridos em planilhas anexo que fazem parte do presente termo de referência;
- 12.3.** A presente contratação adotará o regime de execução a preço unitário;
- 12.4.** O julgamento da proposta será dada por preço global;
- 12.5.** O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, da Lei 8.666, de 1993;
- 12.6.** Da Classificação dos Serviços
 - 12.6.1.** Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação;
 - 12.6.2.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
 - 12.6.3.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.
- 12.7.** Requisitos da Contratação
 - 12.7.1.** Conforme estudos preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
 - 12.7.1.1.** Serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

12.7.1.2. A empresa contratada deverá manter funcionários folguistas suficientes para atender as necessidades permanentes dos serviços, sem deixar de observar o cumprimento da legislação pertinente;

12.7.1.3. Os serviços serão executados de segunda a sábado, sendo de responsabilidade da contratada a programação de escala, bem como a agenda de folgas;

12.7.1.4. Poderão ser solicitados, pelo Departamento de Serviços Municipais, serviços em domingos e feriados, sem ônus para a contratante;

Os serviços em domingos e feriados deverão ser comunicados por escrito com antecedência mínima de 72 horas;

12.7.2.A contratada deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

12.7.3.A interessada deverá possuir capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme §3º , item III, do Artigo 31, da lei 8.666/1993.

12.7.4.O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado, conforme legislação vigente.

12.7.5.O início dos serviços será dado mediante emissão da Ordem de Serviço, emitida pelo Departamento de Serviços Municipais.

12.7.6.Será obrigatório a apresentação de garantia contratual, para assinatura do contrato, no valor de 5% do total contratada, que poderá ser apresentado das seguintes formas, conforme § 1º , do artigo 56, da Lei 8.666/1993:

12.7.6.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

12.7.6.2. Seguro-garantia;

12.7.6.3. Fiança Bancária

12.7.7.Caso o licitante vencedor apresente proposta inferior a 80% (oitenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- média aritmética das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração;
- valor orçado pela administração

A licitante deverá apresentar garantia adicional, igual a diferença entre o valor resultante conforme § 1º, do artigo 48, da Lei 8.666/1993 e o valor da proposta. (§ 2º, artigo 48, da Lei 8.666/1993).

12.8. Materiais a serem disponibilizados

12.8.1.Para perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas, promovendo sua substituição quando necessário;

12.8.2.É de responsabilidade da contratada fornecer os EPI's e EPC's aos seus colaboradores.

12.9. Uniformes

12.9.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

12.9.1.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

- Conjunto uniforme brim com faixa refletiva, composto de camisa “modelo gola italiana” manga longa com faixa refletiva e calça brim “Pesado” de elástico e cordão com faixa refletiva;
- Boné de brim liso;
- Capa de chuva forrada amarela c/ faixa refletiva CA-28451
- Botina de segurança, fechamento em elástico, confeccionado em couro curtido ou cromo, palmilha de montagem em não tecido, solado em poliuretano monodensidade – CA17137

12.9.1.2. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

13.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.2.1. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara);

13.2.2. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário);

13.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

13.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

13.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

13.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

13.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

13.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

13.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

13.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

13.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

13.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

13.9. Cientificar o Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal de Cajati para adoção das medidas cabíveis/ judiciais quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

13.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas, quando for o caso;

13.11. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

14.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

14.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Município de Cajati, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI
Estado de São Paulo
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 14.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 14.5.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto Federal nº 7.203, de 2010;
- 14.6.** A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 14.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 14.8.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 14.9.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.
- 14.10.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 14.11.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 14.12.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 14.13.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.
- 14.14.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 14.15.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- 14.16.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 14.17.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.18.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 14.19.** Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 14.20.** Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 14.21.** Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.
- 14.22.** Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 14.23.** Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 14.24.** Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 14.25.** Garantir que os empregados possam usufruir dos períodos intrajornada garantidos em lei (art.611-A da CLT);

- 14.26.** Garantir aos empregados o respeito ao intervalo de interjornada (art. 66 da CLT);
- 14.27.** Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 14.28.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
- 14.29.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 14.30.** Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 14.30.1.** viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 14.30.2.** viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 14.30.3.** oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 15.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto do contrato.

16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 16.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 17.1.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

- 17.2.** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 17.3.** As comunicações entre a Contratante e a Contratada serão realizadas por escrito, através de e-mail, devendo a contratada manter atualizado o seu e-mail de contato. Caso mude o e-mail da contratada a mesma deverá comunicar imediatamente a alteração. É facultativo a utilização de comunicação por aplicativo de celular.
- 17.4.** A Contratante poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 17.5.** Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser cópias legíveis, podendo a administração solicitar a apresentação do documento original), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- 17.5.1.** no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
- 17.5.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - 17.5.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA ;
 - 17.5.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços; e
 - 17.5.1.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.
- 17.5.2.** Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos:
- 17.5.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
 - 17.5.2.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - 17.5.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
 - 17.5.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 17.5.3.** entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:
- 17.5.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
 - 17.5.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

- 17.5.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- 17.5.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- 17.5.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 17.5.4.** entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- 17.5.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- 17.5.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 17.5.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- 17.5.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 17.6.** A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 17.6.1.** O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 17.6.2.** Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 17.6.3.** Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 17.7.** Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 19.5.1 acima deverão ser apresentados.
- 17.8.** A Contratante deverá analisar a documentação solicitada nos subitens acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 17.9.** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

- 17.10.** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Superintendência Regional do Trabalho.
- 17.11.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.12.** A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 17.13.** Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 17.14.** O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 17.15.** A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 17.15.1.** A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 17.16.** O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 17.17.** Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 17.18.** A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 17.19.** O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 17.20.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.21. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.22. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

18. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

18.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no **Anexo 01** deste termo de referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

18.1.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

18.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios definidos no IMR.

18.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

18.3.1. não produziu os resultados acordados;

18.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

18.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

19. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

19.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

19.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

19.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e

administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

- 19.3.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal,
- 19.3.1.** O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 19.3.2.** O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 19.4.** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 19.5.** No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 19.6.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 19.6.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 19.6.2.** O prazo citado no item 21.5 começa a contar a partir da entrega de toda a documentação solicitada pelo fiscal do contrato. A entrega parcial da documentação não se enquadra na hipótese avençada no item 21.6.1.
- 19.7.** No prazo de até 05 (cinco) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 19.7.1.** realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 19.7.2.** emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

19.7.3. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

19.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

19.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

20. DO PAGAMENTO

20.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

20.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

20.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

20.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

20.4.1. o prazo de validade;

20.4.2. a data da emissão;

20.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

20.4.4. o período de prestação dos serviços;

20.4.5. o valor a pagar; e

20.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

20.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

20.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

20.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à

existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

20.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

20.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

20.11. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

20.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

21. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

21.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

21.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.

21.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

21.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

21.5. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

21.5.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

21.5.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta;

- 21.5.3.** Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
- 21.6.** Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
- 21.7.** As repactuações a que a Contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.
- 21.8.** Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
- 21.8.1.** da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
- 21.8.2.** da data do último reajuste do preço público vigente, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
- 21.8.3.** do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
- 21.9.** Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 21.10.** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 21.11.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.
- 21.12.** A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 21.13.** Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

- 21.14.** Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPC-FIPE**, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 21.14.1.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 21.14.2.** Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 21.14.3.** Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 21.14.4.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.
- 21.14.5.** Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 21.15.** Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- 21.15.1.** a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 21.15.2.** em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 21.15.3.** em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

- 21.16.** A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 21.17.** O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 21.18.** O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 21.19.** Caso a repactuação coincida com a prorrogação do contrato por novo período de 12 meses, o pedido de repactuação deverá ocorrer 60 dias antes do vencimento do contrato vigente.

22. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 22.1.** A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.
- 22.1.1.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 22.1.2.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 22.2.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 22.2.1.** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 22.2.2.** prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 22.2.3.** multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 22.2.4.** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 22.3.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 22.4.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

- 22.5.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 22.6.** *No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.*
- 22.7.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 22.8.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 22.9.** A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 22.10.** Será considerada extinta a garantia:
- 22.10.1.** com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 22.10.2.** no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 22.10.3.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 22.11.** A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.
- 22.12.** A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.
- 22.13.** Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 22.14.** Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação:

(1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou

(2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.15. Aberto processo Administrativo para apurar responsabilidades da contratada, na execução do objeto, o Município deverá comunicar oficialmente o garantidor do objeto acerca da existência do processo.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

23.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II) Multa de:

(1) 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante **das tabelas 1 e 2**, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI

Estado de São Paulo

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

23.3. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii” e “iv” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

23.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2 :

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI
Estado de São Paulo
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA;	01
12	Providenciar uniformes, EPI's e EPC's aos funcionários, por funcionário e por dia de ocorrência.	05

23.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 23.5.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 23.5.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 23.5.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 23.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 23.7.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
- 23.8.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 23.9.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 23.10.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 23.11.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 23.12.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal.

24. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 24.1.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 24.2.** Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 24.3.** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 24.3.1.** Comprovação que já executou objeto compatível, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de 50% das quantidades dos seguintes serviços:

- Varrição Manual

- Capina
- Roçada
- Pintura de meio fio

24.3.2. Poderá ser aceito o somatório de atestados, referentes a períodos sucessivos não contínuos, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

24.3.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

24.3.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

24.3.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

24.3.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, caso solicitado pela comissão de licitações, para sanar qualquer dúvida e/ou questionamento.

24.3.7. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

24.3.7.1. Valor Global/mensal: não poderá ser superior ao valor orçado pela municipalidade

24.3.7.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital, para efeito de medição dos itens da planilha, não podendo ser superior aos valores dos itens orçados pela municipalidade.

24.3.8. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

24.3.9. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

25. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

25.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta dos recursos próprios do município;

25.2. A indicação de dotação orçamentária fica postergada para o momento da elaboração do edital, o qual deverá constar:

- Departamento;
- Fonte de recursos;
- Programa de trabalho;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI

Estado de São Paulo

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

- Elemento de despesa;

Cajati, 6 de julho de 2022

Diretor do Departamento de Serviços Municipais

REFERÊNCIAS

- Lei 8.666 de 21 de junho de 1.993;
- Lei 10.520 de 17 de julho de 2.002;
- Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2.002;
- Lei 8.212 de 24 de julho de 1.991;
- Decreto Federal nº 1.054 de 07 de fevereiro de 1.994;
- Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1.999;
- Lei 12.846 de 1 de agosto de 2.013;
- Instrução Normativa nº 05 de 26 de maio de 2.017
- Decreto-Lei nº 5.452 de 1 de maio de 1943
- Tabela SINAPI – CAIXA – ref. Março de 2.022;
- Acordo Coletivo de trabalho do SIEMACO – janeiro de 2.022
- Decreto Federal 9.507 de 21 de setembro de 2.018
- Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União - Termo de Referência – Serviços Continuados com Dedicção Exclusiva de Mão-de-Obra: Julho/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI
Estado de São Paulo
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

ANEXOS

- 01 – IMR – Instrumento de Medição de Resultados
- 02 – Tabela 03 – Relação de Ruas e logradouros do município
- 03 – Tabela 04 – Composição de Preços
- 04 – Tabela 05 – Orçamento Base/Mensal
- 05 – MAPA DO MUNICÍPIO DE CAJATI – Perímetro Urbano
- 06 – Composição de preços – Varredeira mecanizada